

PANDEMIA E PROJECTO

PINTO, JORGE DA CRUZ

Professor Catedrático de Projeto, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa; jorge@cruzpinto.com

INTRODUÇÃO

As guerras e as catástrofes naturais, entre elas as pandemias, têm moldado as morfologias das cidades e da arquitectura ao longo dos tempos. Porém, não creio que venha a haver uma nova concepção de cidade e de arquitectura saída do Covid19, pois as principais inovações sanitárias já são conhecidas. Haverão talvez adaptações e evoluções dos modelos existentes. O efeito dependerá da permanência e ameaça da pandemia, que seguramente deixará as algumas marcas e transformações indeléveis.

Para entender o presente e o futuro, temos que conhecer o passado. Para tal, recorro muitas vezes ao que denomino de “Metáfora do Arqueiro”, que explica a própria acção de Projectar (no sentido de lançar um projectil). O arqueiro encontra-se no tempo presente com os pés e o corpo estático no aqui e agora, puxa o braço atrás para esticar a corda, que significa o passado, e estica o braço para a frente, segurando o arco e focalizando o alvo, mais além, no futuro, onde projecta a flecha. Por isso, o Projecto é ubíquo e sincrónico, porque está no tempo e no espaço passado-presente-futuro, poderá falhar e ficar no papel ou atingir o alvo, realizando-se na Obra. A história está cheia de exemplos urbano-arquitectónicas e de soluções evolutivas que ciclicamente as pandemias nos têm deixado. É necessário recuarmos no passado para entendermos as problemáticas, mudanças e soluções do presente e às projecções futuras.

O PASSADO

Vejam algumas das relações de causalidade ou de sincronismos históricos entre pandemias e evoluções urbano-arquitectónicas. A peste na antiga Grécia, que ocorreu no século IV a.C., foi contemporânea de Hipodamus de Mileto que racionalizou a cidade com os traçados de grelhas regulares orientadas à exposição solar e ao varrimento dos ventos, criando também generosos espaços públicos nos *ágora* conformados pelos *stoa*. A peste do século XIV (1343-1353) dizimou um terço da população europeia, gerando uma convulsão nas estruturas sociais, políticas, económicas e culturais, correspondendo ao fim da idade média e do feudalismo e ao eclodir do renascimento e do proto-capitalismo associado à ascensão da burguesia.

A cidade ideal, as grandes praças urbanas porticadas e a arquitectura do renascimento são a expressão dessa mudança e do desenvolvimento político, económico, social e cultural. Entre os inúmeros exemplos, refiro o advento das tipologias arquitectónicas hospitalares e os asilos, entre eles, o *Spedale degli Innocenti* de Brunelleschi, conformando com a sua arcada parte da *Piazza dell'Annunziata* em Florença, ou o desaparecido Hospital de Todos os Santos, no Rossio, em Lisboa. A densificação urbana no século XIX, ligada à revolução industrial, produziu surtos de cólera, tifo e febre amarela, promovendo as grandes operações urbanas de higienismo, como o traçado de Haussman para Paris, rasgada em grandes Boulevards arborizados, grandes praças, parques, integrando saneamento básico, funcionalidade e estética... O Plano de Cerdá para a expansão de Barcelona, que deu início à própria disciplina do Urbanismo, com a sua obra teórica e construída a partir da estrutura de grelhas ortogonais e diagonais e da implantação de dois blocos por quadra, salvaguardando a insolação e a ventilação, o que gerou ricas composições de praças arborizadas, integrando “a ruralização da cidade e a urbanidade do rural”, como ele próprio preconizou. Embora o plano tenha sido densificado pelo encerramento de todos os lados dos quarteirões e o aumento do número de pisos, a sua matriz gerou uma cidade modernizada e perspectivada no futuro. E ainda, “*As Cidades Jardins do Amanhã*”, de E. Howard, que propunham um modelo urbano utópico, a partir da integração dos aspectos positivos da cidade e do campo, e influenciariam todo o urbanismo moderno.

Há um curioso sincronismo em 1919, entre o eclodir da pneumónica que devastou mais de 50 milhões de pessoas, e a fundação da Bauhaus, com o enunciar dos princípios funcionalistas, higienistas, sociais e estéticos do movimento moderno. Nessa sequência, Le Corbusier propôs o *Plan Voisin* para Paris em 1923, como resposta ao surto de tuberculose ocorrido nas periferias das favelas de Paris, provocadas pela gentrificação derivada do Plano de Haussman; em 1932, o sanatório de Paimio de A. Aalto torna-se um

exemplo da tipologia arquitectónica sanitária, com os seus extensos balcões em consola; no mesmo ano, F. L. Wright propõe o modelo utópico de Broadacre City fundida no campo e na natureza; e em 1933, são enunciados os princípios urbano-higienistas da Carta de Atenas, com todas as consequências positivas e negativas, que tiveram na reconstrução do 2º pós-guerra até à actualidade.

O PRESENTE

Sob a Teoria do Caos, no final de 2019, o efeito da borboleta que bate as asas em Wuhan, na China, cria uma tempestade pandémica em Itália no início de 2020 e espalha-se pelo mundo, associada ao fenómeno da “desterritorialização” promovida pelas viagens de turismo de massas, negócios, migrações, refugiados... (KLAUS, 2020). A questão da pandemia tem que ser vista de uma forma integrada envolvendo o localismo e o fenómeno da globalização e as várias escalas de intervenção do Projecto, do Planeamento do Território, ao Plano Urbano das Cidades, aos Projectos de Arquitectura e Ergonomia. É necessária uma visão integrada que envolva outros factores presentes: A pandemia do Covid19 não deve ser dissociada das alterações climáticas e da crise do capitalismo neo-liberal dos últimos 40 anos, assente numa ideia artificial de “bem estar” hedonista, ligado ao ilusório desenvolvimento infinito da produção e do consumo de massas que conduz ao esgotamento dos recursos naturais, à crise climática e acumulação de resíduos. O crescimento populacional exponencial previsto até ao final do século e o aumento das diferenças sociais constituem outros factores ameaçadores a ter em conta que devem ser afrontados de forma integrada. Não podemos pensar o território, a cidade e a arquitectura, sem uma visão consciente destas problemáticas.

O confinamento e a ausência de fluxos de transportes internacionais criou por momentos a esperança ilusória da regeneração da Natureza e da mudança de paradigma politico-económico-social-cultural, preconizado por tantos pensadores mundiais (filósofos, ecologistas, economistas, geógrafos, politólogos, sociólogos, artistas...); comprovámos a importância do estado social e da saúde pública no combate à pandemia..., mas depressa nos desiludimos das boas aspirações, porque o sistema instituído não quer perder a posição. Os senhores do mundo não abdicam dos seus lucros exponenciais e ainda procuram tirar partido da situação. Os mais desfavorecidos e segregados social e racialmente que vivem na cidade informal em favelas e bairros degradados, sem condições de saneamento, são as principais vítimas da pandemia. Nos transportes públicos, os movimentos pendulares nas áreas metropolitanas, onde à hora de ponta, as pessoas são tratadas como gado, ultrapassa as regras da proximidade social, tornando-as mais vulneráveis à contaminação.

Só com uma mudança profunda na consciência individual e colectiva é possível mudar de rumo. Talvez não baste a pandemia. Talvez, só uma grande calamidade natural, ou um apagão digital global seja determinante para uma mudança de paradigma. Dizia há pouco Ian Klaus (2020) que “a infraestrutura digital pode ser o sanitismo do nosso tempo”, mas apesar da pertinência da afirmação, é uma faca de dois gumes, entre uma ferramenta tecnológica de combate à pandemia, ou o controle total por parte do sistema totalitário e dos grupos de poder sobre o indivíduo. No meio do confinamento, José Gil alerta-nos sobre a “subjectividade digital” produzida pelo confinamento, onde a pandemia vai impor a digitalização de todas as actividades, levando a uma sedentarização (GIL, 2020). Os problemas actuais são sanitários, sociais, económicos, climáticos e a sua resolução passam por decisões políticas e económicas conscientemente integradas, pela tomada de consciência individual e colectiva dos principais decisores, que geralmente não são os arquitectos e os urbanistas, embora estes possam ter um papel importante ao nível das decisões de projecto. São sim as forças políticas e económicas ligadas ao sector imobiliário. A arquitectura e o urbanismo sempre foram as artes preferências dos poderes, políticos e económicos, embora no plano das utopias e de certas propostas de projecto possam ir além desses interesses.

DO PRESENTE PARA O FUTURO

Embora não seja suficiente, algo está já a ser feito. Veja-se a consciência política ligada à investigação e ao conhecimento, patente na “cidade dos 15 minutos” de deslocação a pé ou de bicicleta, onde tudo o que o cidadão precisa está ao seu alcance, proposta pela Prefeita de Paris, Anne Hidalgo, sob a orientação do Prof. Carlos Moreno, da Sorbonne. As questões das densidades urbanas favoráveis à sociabilidade, ao desenvolvimento económico e cultural e à redução do consumo energético, aliado à concentração no território, segundo Richard Sennett, verifica-se adversa no que se refere às pandemias, podendo também prever-se um retorno à vida no campo (SHENKER, 2020). Tem que se encontrar um equilíbrio entre densidade e sanidade que permita uma vivência urbana sã, com redução do stress, da poluição, das diferenças sociais e da violência, sob uma ideia romântica de cidade baseada na poética da memória e da natureza e da inclusão.

Em termos do Projecto, reclama-se uma visão integrada de combate às pandemias e às alterações climáticas, pois muitas das soluções bioclimáticas passivas são comuns às soluções sanitárias de prevenção das

pandemias. A insolação, a ventilação cruzada, a existência de espaços de transição generosos entre exteriores e interiores, nos edifícios públicos, nas habitações colectivas e centros comerciais e casas de espectáculos, para a possibilidade de fazer filas abrigadas, e de grandes espaços públicos abertos... são algumas das medidas projectuais a ter em conta.

Da planta de Roma de Giambattista Noli que regista intencionalmente os vazios urbanos, os espaços de transição, os espaços públicos interiores e os pátios e jardins... à experiência dos bons exemplos de soluções bioclimáticas na arquitectura brasileira que realizou a tropicalização do movimento moderno. Cada vez mais devemos desenvolver o Design Biofílico que propicia a conexão entre a arquitectura, a cidade, os seus habitantes e a natureza.

Sob o *Elogio do Vazio* (PINTO, 2010), que encerra em si “a possibilidade de ser” é determinante um redimensionamento dos espaços públicos de praças, jardins e parques, dando preferência a actividades ao ar livre e ligação à natureza: esplanadas, ginásios verdes, *forest schools*, corredores verdes para peões e ciclovias... Outras medidas consistem na adaptação da cidade e das arquitecturas existentes, e criação de novas estruturas, de edifícios públicos que implicam o redimensionamento do número de utentes, dos hospitais ligados à saúde pública, que devem ser bem dimensionados com claras organizações e separações funcionais e que permitam o isolamento total das pandemias, além de questões ergonómicas e funcionais sanitárias, de automação, de distinção de circuitos, evitando o contacto das mãos...

Igualmente, a planificação dos campos de refugiados deverá atender a uma maior dignificação das condições de habitabilidade, menor densidade, saneamento básico, higiene, saúde e educação. Finalmente, o confinamento trouxe à consciência a questão da habitação, com os vários metabolismos dos habitantes e o teletrabalho, levantando velhas questões sobre a capacidade responsiva da mesma, em termos de flexibilidade de apropriação do espaço pelas pessoas, pondo em evidência os constrangimentos espaciais e a relação entre o funcionalismo mecânico *versus* o valor de uso, no sentido mais poético e criativo de adaptação espacial. Exige-se, portanto, um redimensionamento mais generoso, maior flexibilidade através de paredes móveis, existência de pátios, varandas e terraços ajardinados que permitam apanhar sol, fazer exercício e até cultivar, além de uma dimensão “Poética do Espaço” (BACHELARD, 1989) que nos permita sonhar e criar num elogio à meditação, à imaginação e ao devaneio que começa dentro de nós.

CONCLUSÃO

Para concluir: a nossa capacidade de sobrevivência às pandemias e outras ameaças futuras passa por um Projecto Holístico que entende a espécie humana como parte integrante da Natureza, que deve ser respeitada; também passa pela consciência individual e colectiva, pela consciência Política no sentido mais aristotélico, e verdadeiramente Eco-nómico; e, ainda, passa pela acção inteligente de Projectar de forma Ética-Estética-Tecnológica e Espiritual Integrada.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIL, J. Pandemia e Capitalismo Numérico. *Jornal Público*. Lisboa, n.13 (4), 2020.
- KLAUS, I. The Post-Pandemic Urban Future Is Already Here. *Citylab*, n. 6 (4), 2020.
- PINTO, J. Cruz. Elogio du Vide. *Le Carré Bleu Paris*, 2010.
- SHENKER, J. Bem Vindos ao Laboratório Urbano. *Guardian*, Londres, n 26 (3), 2020.

NOTAS

¹ Texto originalmente escrito em português de Portugal.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).